



NOÇÕES DE ERRO E ACERTO NA PRÁTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: PERSPECTIVAS DE QUEM ENSINA A LÍNGUA

Elizandra HOFFMANN (UNEMAT)¹

Resumo: Este artigo visa analisar sobre as dicotomias igualdade/diversidade, inclusão/exclusão, sobre os fatos estudados pela Sociolinguística, relação língua e sociedade, preconceito linguístico, Gramática Normativa e Descritiva e Novas propostas para o ensino da Língua. A análise ocorrerá com base nos fatores: Concepções de Correção, Erro e Acerto adotadas pelo professor; Faixa etária, nível de formação e tempo de docência em Língua Portuguesa e principalmente sobre o questionamento: Como os professores lidam com as variedades da língua e qual a influência dos fatores abordados no Ensino da Língua? E quais são as contradições e as coerências entre as entrevistas e as propostas de aula utilizadas pelos professores.

Palavras-chaves: Sociolinguística; Erro; Acerto; Correção; Livro didático.

Abstract: This article aims to analyze the dichotomies on equality / diversity, inclusion / exclusion, on the facts studied by sociolinguistics, interface language and society, linguistic prejudice, Normative and Descriptive Grammar and New proposals for the teaching of language. The analysis will occur based on the factors: Correction Concepts, Error and Settlement adopted by the teacher; Age, education level and time teaching in Portuguese and especially on the question: How do teachers deal with the varieties of the language and the influence of factors discussed in Language Teaching? And what are the contradictions and consistencies between interviews and lesson proposals used by teachers.

Keywords: Sociolinguistics; Error; Hit; Correction; Textbook.

1. Introdução

Nos últimos anos vários estudiosos, entre eles Mario A. Perini, Luiz Carlos Travaglia, Wanderley Geraldi e Sírio Possenti, desenvolveram propostas para o ensino da Gramática na Educação Básica, com objetivo de facilitar o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa. Tais propostas, ancoradas principalmente nas teorias sociolinguísticas, têm suscitado uma ampla discussão sobre as noções de “certo” e “errado” no exercício oral e escrito da língua portuguesa do Brasil. Essa polêmica foi intensificada por um caso recente e de abrangência nacional, envolvendo um livro didático disponibilizado pelo Ministério da Educação de que falaremos adiante.

¹ Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT/Brasil. elizandrahoffmann@gmail.com.



Toda essa questão despertou-nos o interesse em saber como os professores das escolas públicas e particulares de Cáceres elaboram esses conceitos, como lidam com a questão em sala de aula e que propostas apresentam para equacionar os problemas que resultam nas contradições que envolvem o ensino da língua.

Observando que formar professores habilitados para o ensino da Língua Portuguesa é um dos objetivos do curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, e que a Língua Portuguesa, utilizada nas diversas áreas do ensino está passando por constantes mudanças, entendemos como necessário e importante investigar o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, focando nos professores e sua prática na sala de aula.

Devemos prioritariamente admitir que as variedades linguísticas existem e que grande parte das regras da Gramática Normativa estão asseguradas em formulações relativamente antigas e/ou arcaicas, mas que ainda assim é necessário ensinar a língua formal (variedade padrão) nas escolas, atendendo a expectativa da educação formal e possibilitando ao aluno avançar social e profissionalmente.

Nesse sentido, novas formas de praticas do ensino da língua têm sido elaboradas e difundidas com rapidez no campo teórico do estudo da Linguística, apontando as contradições no ensino da Língua Portuguesa e propondo discussões no intuito de auxiliar o professor a administrá-las na sua prática docente. Em nosso estudo, optamos por identificar as contradições existentes nas noções de “ERRO E ACERTO” no ensino da Língua Portuguesa.

Partiremos da perspectiva teórica de Possenti (1996, p.77-78), que aponta a contradição da noção de “ERRO”, com vistas a Gramática Normativa e Descritiva. Para o autor, a noção de “ERRO” mais corrente decorre da Gramática Normativa, pois, erro é tudo que foge à variedade padrão, ao tempo que na perspectiva da Gramática Descritiva, é erro somente a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes de uma língua.

Essa investigação buscará identificar os fatores de desenvolvimento e aplicação dessas noções junto aos professores, com vistas a sua formação e suas práticas pedagógicas. Para isso, desenvolvemos um questionário direcionado a professores de Língua portuguesa das escolas públicas estaduais e privadas de Cáceres, em que procuramos instigar indicadores de formação e relatos de experiência docente, para identificarmos possíveis causas e alternativas, bem como suas consequências na formação e convívio dos alunos.



2. Um Breve Histórico

Os registros históricos indicam que a primeira gramática de que se tem notícia foi a de Panini, para o sânscrito, porém os primeiros estudos formais da gramática são atribuídos aos gregos. Segundo Suassuna (2001, p. 22), a tradição gramatical no ocidente remonta aos estudiosos da Grécia Antiga e, em virtude da “natureza filosófica” de seus estudos e da “força do Estudo do Certo e do Errado, nasceu na Grécia a gramática no sentido que mantém até hoje”. Vale observar que entre os grandes nomes de gramáticos gregos está o de Dionísio da Trácia (II a. C.), considerado o grande organizador da arte da gramática na antiguidade. Ele escreveu a primeira gramática da cultura ocidental, *Tékhnē Grammatiké*, em que distingue as oito partes do discurso. Com ele tem-se a “primeira descrição ampla e sistemática publicada no mundo ocidental” de uma língua – o grego ático (Lyons *apud* Silva, 2000). A gramática de Dionísio serviu de base para as gramáticas grega, latina e de outras línguas europeias até o Renascimento.

Segundo Neves (2002), destaca-se também o gramático Alexandrino, Apolônio Díscolo (séc. II a. C.), que formulou a primeira teoria sintática ao estudar a língua grega. Seus estudos abrangeram questões de diacronia e estilística, sendo ele o único gramático antigo que escreveu uma obra completa e independente sobre sintaxe. Os estudos de Dionísio de Trácia e de Apolônio Díscolo influenciaram consideravelmente no ensino do grego e despertaram o interesse pelo estudo dessa língua posteriormente.

Os gramáticos latinos basearam-se nos trabalhos gramáticos dos gregos. Entre os latinos, destaca-se Marcus Terentius Varro – “Varrão” (116 – 27 a.C.), e sua obra “De língua latina”, que foi considerada a primeira gramática do latim, com aproximados vinte e seis volumes, dos quais foram preservados apenas seis, sendo eles os volumes de V a X, que tratam de assuntos como etimologia, morfologia e sintaxe. Varrão foi discípulo dos gramáticos Alexandrinos e aplicou a gramática grega ao latim, definindo a gramática como sendo “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas” (Silva, 2000, p.19). Varrão tornou-se referência entre os gramáticos e sua obra influenciou as gramáticas produzidas posteriormente.

2. Noções de “Erro e Acerto” na prática do Português do Brasil e a Relação de Língua e Sociedade



A fundamentação desta pesquisa parte da afirmativa elaborada por Bisinoto (2009, p. 21) de que o efeito dos estudos linguísticos nos rumos que vem tomando o aparato jurídico que regula o ensino no país é inegavelmente notável e que refletir sobre a linguagem humana nas suas relações sociais e políticas significa influir e intervir nos meios de organização da sociedade. Segundo ela.

Na atualidade, as dicotomias igualdade/diversidade, inclusão/exclusão, justiça/iniqüidade constituem pauta obrigatória dos grandes debates nacionais – e não apenas no Brasil – sobre a educação, o que inclui de forma destacada o ensino de língua. Não se pode prescindir da gestão política das desigualdades lingüísticas (diversidade e variedade), sobretudo depois que os estudos se voltaram para os usos concretos da língua e se intensificaram as investigações sobre as relações entre língua e sociedade. (BISINOTO, 2009, p. 23)

A disciplina da Linguística que estuda esta relação entre a língua e a sociedade é justamente a Sociolinguística, e tem como principal objeto o estudo da heterogeneidade linguística. Barbosa (2008) afirma que:

As primeiras investigações acerca de estudos sociolingüísticos surgiram a partir de William Bright (1966) e Fishman (1972), os quais passaram a incorporar os aspectos sociais nas descrições lingüísticas. Bright afirmava que "a diversidade lingüística" é precisamente a matéria de que trata a Sociolingüística. Segundo ele, as dimensões desse estudo estão condicionadas a vários fatores sociais, com os quais a diversidade lingüística se encontra relacionada nas identidades sociais do emissor e receptor e na situação comunicativa.

Seguindo os estudos de Bright, Labov (1972) passa a descrever a heterogeneidade linguística, sendo que para ele todo fato lingüístico relaciona-se a um fato social, e a língua sofre implicações de ordem fisiológica e psicológica. Labov é considerado o criador da teoria da Sociolinguística Variacionista e foi um dos primeiros estudiosos da área da linguagem a perceber a relação entre língua e sociedade. Para Labov (1972, p.187).

[...] a definição de língua deve levar em conta, necessariamente, o contexto social, o que implica atribuir à língua uma função comunicativa. E é enquanto um sistema evolutivo e heterogêneo que a língua – como estrutura –, com seus aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, deve ser analisada, sem ser desvinculada do contexto social de uma certa comunidade de fala.

Cabe aos Sociolinguistas o estudo de questões como a identidade linguística dos grupos sociais, formas padrão ou não padrão da língua, variantes sociais e níveis da língua, as atitudes sociais em relação à língua, a base social do multilinguismo, etc. Vale observar que



as variações linguísticas podem ocorrer não apenas no eixo diatópico (ou geográfico), mas também no eixo diastrático (ou social).

Um caso recente que ganhou repercussão nacional e tocou de forma incisiva a questão da diversidade e variedade da língua, foi a distribuição do livro “Por uma vida melhor”, da professora Heloísa Ramos, pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação. Houve uma grande mobilização, principalmente da mídia nacional, em razão das orientações contidas no livro sobre o uso da língua popular em situações não formais, uma língua “descuidada” com as normas gramaticais.

Além de fomentar discussões sobre os conceitos de formalidade, os embates públicos por vezes, evidenciam os preconceitos linguísticos velados. No caso da polêmica atual sobre a mobilização da imprensa nacional na questão da publicação do livro “gramaticalmente incorreto”, Sírio Possenti publica em 25/11/2011, no veículo de comunicação “Estadão Online”, um artigo, cujo título é “**Analisar e opinar. Sem ler**”, onde critica a superficialidade das análises amplamente publicizadas pela imprensa e a constatação do preconceito linguístico para com o uso de formas não formais da língua

O jornalismo nativo teve uma semana infeliz. Ilustres colunistas e afamados comentaristas bateram duro em um livro, com base na leitura de uma das páginas de um dos capítulos. Houve casos em que nem entrevistado nem entrevistador conheciam o teor da página, mas apenas uma nota que estava circulando (meninos, eu ouvi). Nem por isso se abstiveram de "analisar". Só um exemplo, um conselho e uma advertência foram considerados. E dos retalhos se fez uma leitura enviesada. Se fossem submetidos ao PISA, a classificação do país seria pior do que a que tem sido.

Tomamos esse episódio como referência, pois ele ilustra uma das questões de interesse da Sociolinguística na atualidade: a dicotomia Variantes de prestígio x Variantes estigmatizadas. O reflexo dessa divisão que caracteriza a língua se faz sentir nas relações sociais, muito especialmente na escola, e tem como ponto de discussão a noção de norma.

A palavra norma, em sua definição, trata do normal, da regra, do padrão, em contraposição ao que se excede a ela, o anormal, o irregular. É o que nos esclarece Bisinoto (2009, p. 43).

Os dicionários nos dizem que a palavra norma traz do latim o sentido de esquadro, regra, modelo, padrão, e, por extensão, o normal é o que é/está conforme à norma. Partindo do suposto de que a norma é que determina o que é normal na sociedade, cumpre indagar: o que não está conforme à norma é anormal, anomalia, irregularidade e, em última instância, marginalidade?



Ainda segundo a autora “no âmbito da linguagem, como se sabe, o conceito generalista de norma está historicamente ligado às práticas do bem-falar e do bem-escrever, em conformidade com as regras gramaticais e contrariamente ao que foge a elas” (p. 43). Bisinoto lembra que os estudos linguísticos apontam a existência de formas ideológicas de superioridade linguística agindo em duas dimensões: a primeira de uma língua sobre a outra; e a segunda de uma variedade sobre a outra numa mesma língua.

A Gramática Normativa torna-se prescritiva quando sugere que tudo aquilo que não estiver de acordo com as normas, com as regras gramaticais, é considerado errado. Quem explica isso é Possenti (1996), ao dizer que: “A noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem.” (p.77). O problema, segundo ele, é que os “os exemplos de boa linguagem”, normalmente são buscados num passado mais ou menos distante e algumas vezes arcaico.

Já para a Gramática Descritiva, gramática é o “[...] conjunto de regras que são seguidas – é a que orienta o trabalho dos linguistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas.” (Possenti, 1996, p.49) Segundo o autor, na perspectiva da gramática descritiva só seria erro a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira *sistemática*, de nenhuma das variantes de uma língua. (1996, p.78). Para ele, todos sabem a língua, mesmo crianças que a partir de três anos falam por horas, assim como pessoas não alfabetizadas ou que tiveram pouco acesso aos estudos, mas cada um fala de acordo com o lugar em que vive ou com a classe social a que pertence.

Qualquer um poderia objetar que todos falam, mas errado. Por ora, diria que a definição de erro é um problema complexo, e não apenas uma questão de norma gramatical da língua escrita. (...) diria que os erros que condenamos só são erros se o critério de avaliação for externo à língua ou ao dialeto, ou seja, se o critério for social. Mas, se adotássemos esse critério para todos os casos, deveríamos também concluir que são erros todos os modos diferentes de falar, mesmo os que são típicos de outras línguas. (POSSENTI, 1996, p. 29).

Nesse contexto, saber falar significa saber uma língua e saber uma língua é saber uma gramática. Portanto, saber uma gramática não significa decorar algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas, pois mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento intuitivo ou inconsciente, que é necessário para falar efetivamente a língua.



3. Análise Do *Corpus*

Após a busca dos sujeitos da pesquisa, iniciou-se a etapa da investigação por meio de perguntas e respostas, e logo ao fim desta iniciamos o processo de análise das entrevistas, procurando alcançar os objetivos proposto para esta pesquisa. Vale lembrar que esta pesquisa foi realizada com o aporte teórico da Sociolinguística e o corpus a ser analisado constitui-se do resultado do questionário realizado com doze (12) Professores de Língua Portuguesa de dez escolas, sendo (8) públicas e (2) privadas do Município de Cáceres. Os professores são de ambos os sexos, idade e grau de formação variados, que estão lecionando nas series entre o 6º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. Esta delimitação é necessária, pois neste período existem professores específicos para o ensino da língua portuguesa, diferentemente das series iniciais da educação.

Concepções de Correção, Erro e Acerto adotadas pelo professor.

Retomando as duas principais concepções de Erro e Acerto abordadas nesta pesquisa, temos a perspectiva da Gramática Normativa afirmando que tudo o que não estiver de acordo com as normas e regras gramaticais é considerado errado e, a perspectiva da gramática descritiva, que só considera erro a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira *sistemática*, de nenhuma das variantes de uma língua.

Questionamos os professores sobre quais as Noções De Erro e Acerto, utilizadas por eles na prática docente e o porquê de adotarem (optarem) por estas noções diante das constantes mudanças sofridas pela Língua Portuguesa nos últimos anos e também do surgimento de propostas diferenciadas para seu ensino nas escolas.

Analisando as respostas dos participantes observamos que os sujeitos nº 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 partilham da ideia de certo e errado abordada na Gramática normativa. Segundo Cipro Neto (1996) “A Gramática normativa estabelece a norma culta, ou seja, o padrão linguístico que socialmente é considerado modelar e é adotado para ensino nas escolas e para a redação dos documentos oficiais.”. O Sujeito nº 1 prefere abordar como adequado ou não adequado o uso de certas formações para a comunicação. Neste caso, podemos lembrar Possenti (1996, p.94) ao afirmar que “A moral da história é que não existem propriamente textos errados e textos corretos (pelo menos, nem sempre), mas, fundamentalmente, textos



mais ou menos adequados, ou mesmo inadequados a determinadas situações”. O sujeito n° 4 acredita que não deve ser considerado erro de português as construções que as pessoas cultas não percebem mais como equivocadas, não considerando a perspectiva das gramáticas Normativa e Descritiva, toma como referência as pessoas cultas da sociedade.

O Sujeito n° 5 acredita que definir certo ou errado é uma questão de semântica, e o que deve ser observado são as habilidades e competências do indivíduo quanto a fala e a escrita, observando o que é aceito e bem visto pela comunidade letrada. Acreditamos que o sujeito n° 6 não entendeu a questão, pois a resposta dele não se enquadra a pergunta feita no questionário.

Faixa etária, nível de formação e tempo de docência em Língua Portuguesa influenciam no Ensino da Língua?

Após a transcrição dos dados dos questionários analisamos se diferenças na faixa etária, nível de formação e tempo de docência em Língua Portuguesa influenciam no Ensino da Língua, ou se estes itens não fazem diferença na prática docente. Observamos que todos os sujeitos da pesquisa tem algo em comum, todos se formaram na Universidade do Estado de Mato Grosso, dois deles quando ela ainda chamava-se Instituto de Ensino Superior de Cáceres, nos anos de 1982 e 1988. Os demais formaram-se entre os anos de 1994 e 2008 e notou-se ainda que alguns professores estão afastados da universidade e de formações complementares a um tempo consideravelmente longo, tendo alguns 10 anos ou mais da última formação, e que outros estão a menos tempo afastados como é o caso dos sujeitos n° 1, 3, 7, 9 e 11 que terminaram sua graduação e pós-graduação e mestrado a menos de três anos.

Os relatos mostram que alguns destes professores desconhecem as novas propostas para o ensino da língua, assim como a verdadeira área de estudo da Sociolinguística e alguns chegaram a dizer que a Sociolinguística, com essa frescura de Variação Linguística, tem a intenção de ensinar para os alunos um português errado, aceitando qualquer coisa que o aluno coloque no papel. Outros como é o caso do sujeito n° 10 avalia negativamente as mudanças que estão correndo no ensino da língua Portuguesa: “Digo que quanto mais tentam simplificar, mas complicam, há sempre a necessidade de mostrarmos, quando é importante saber a língua padrão, o resto é conversa. A gramática sempre será o modelo que deve ser ensinado”; o Sujeito n° 5 qualificou o ensino de Sociolinguística e as novas propostas para o ensino da língua como demagogia acadêmica de mestre e doutores.



Mesmo com essas observações e com o questionário, acabamos por perceber que a pesquisa foi ineficiente para avaliar se os quesitos idade, formação e tempo de docência em Língua Portuguesa interferem negativamente ou não no ensino da língua materna, pois observamos professores com muitos anos de experiência e uma visão bastante crítica e inovadora do ensino da língua e professores completamente presos às amarras do ensino da gramática normativa como verdade absoluta. Podemos observar esta afirmativa a partir da fala do sujeito nº 2 que está em sala há 14 anos e avalia que as variações linguísticas devem ser valorizadas. “O trabalho em sala de aula é para que o aluno saiba adequar às variedades dependendo de cada situação de comunicação e se é um diálogo informal, é claro que se pode usar a linguagem informal, mas se o aluno estiver apresentando algo é conveniente que se opte pela Língua Padrão”.

No questionário perguntamos aos professores se eles têm algum projeto, alguma didática diferenciada e/ou inovadora que visa melhorar o ensino da Língua Portuguesa em suas aulas. Se a resposta fosse positiva, solicitamos a descrição de alguma delas. Notou-se que nove dos doze entrevistados, ou tem projetos relacionados à leitura ou a produção textual, e os elencam como fatores fundamentais para um melhor ensino do português. Possenti (1996, p. 50) ressalta que deveria ser feito um levantamento do conhecimento prático de leitura e escrita que os alunos já atingiram e, por comparação com o projeto da escola, uma avaliação do que ainda lhes falta aprender e afirma que “Além disso, se a escola tiver um projeto de ensino interessante, através da leitura esse aluno terá tido cada vez mais contato com a língua escrita, na qual se usam as formas padrões que a escola quer que ele aprenda.”. Partindo desta afirmativa, considera-se válida a prática dos projetos de leitura e produção, mas tem que observar apenas se eles estão em conformidade com as necessidades dos alunos participantes.

O Sujeito nº1 declara que tem uma concepção de linguagem Interacionista e faz uso do texto e da gramática, por serem partes indissociáveis em alguns gêneros. Como textos dissertativos, o Sujeito nº 3 procura sempre usar o que os alunos têm a oferecer em favor das aulas, realiza suas aulas a partir das necessidades dos alunos, utilizando dos recursos tecnológicos, porque no processo de escrita é importante que os alunos façam relações com a atualidade, formulem críticas e reflexões. O Sujeito nº 10 afirmou usar a própria experiência, humor e seriedade, não esclarecendo quais experiências e como utiliza.

Podemos observar que assim como os autores citados acima, os professores de Língua portuguesa reconhecem a leitura como peça fundamental para a aprendizagem da língua e



formação do sujeito sociocultural. Retomando Possenti (1996, p.85) “Trocando em miúdos, prioridade absoluta para a leitura, para a escrita, a narrativa oral, o debate e todas as formas de interpretação (resumo, paráfrase etc.)” Segundo ele essas é que são as melhores estratégias para ensinar língua e gramática.

Como os professores lidam com as variedades da língua?

Neste momento, o objetivo é observar como os professores de língua portuguesa lidam com as variedades da língua, tanto as de ordem diatópica (geográfica), quanto diastrática (social). Segundo Bisinoto (2007): Em Cáceres ocorre uma estigmatização da linguagem nativa precipitando o seu desaparecimento. Assim como a linguagem nativa de Cáceres outras variantes são vítimas de preconceito, e nas escolas observamos alunos sendo perseguidos e ou satirizados por falarem “diferente”. Como você age quando ocorre discriminação, desvalorização ou superiorização de uma Variedade Linguística?

Em suma, todos os professores relatam ter postura contra qualquer forma de preconceito, alguns dizem que não há ocorrência de preconceito relacionado à língua em suas escolas, alguns argumentam que a probabilidade para isso não ocorrer é que o público atendido pela escola é praticamente da mesma região. Eles também relatam que caso venha a ocorrer algum tipo preconceito ou discriminação por variação linguística ou social, explicarão que não há problema em ser diferente e que cada região e ou pessoa tem características particulares, e que estas características possibilitam sabermos que aquela pessoa não é daquela região.

Conclusão da Análise

O que parece incontestável é que cada professor tem uma prática diferente de ensinar e que, como vimos, muito deles, assim como Possenti e outros autores, reconhecem a leitura e a produção textual como um fator extremamente importante para melhorar a aprendizagem e ensino da Língua portuguesa, pois discutem propostas para o ensino de gramática na disciplina de Língua Portuguesa, na Educação Básica, priorizando formar alunos com capacidade de refletir a língua e sobre a língua e seu funcionamento.

Constatamos que alguns professores ainda estão focalizados no ensino sistemático da gramática normativa como regra de bem dizer e bem escrever. Outra observação que merece destaque é o uso do livro didático como único instrumento de apoio tanto ao professor quanto



ao aluno, apesar das insistentes recomendações de que deva ser utilizado como mais um dos muitos recursos para o ensino da língua.

Possenti (1996, p.41) afirma que “Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido se os professores estiverem convencidos —ou puderem ser convencidos — de que o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica.” Para ele, conhecer uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra, assim como saber uma língua é diferente de saber analisá-la. E que principalmente que alguém pode falar e escrever numa língua sem saber nada "sobre" ela, assim como é possível saber muito "sobre" uma língua sem saber dizer uma frase nessa língua em situações reais.

Um fato que não poderíamos deixar passar é sobre como os professores veem o ensino da língua portuguesa, qual a importância que eles atribuem ao trabalho da escola neste aspecto. O Sujeito nº1 defende que o professor de Língua Portuguesa deve ter em mente que o aluno já conhece sua língua materna e que, como professores, devemos orientá-los a utilizá-la com competência em diversos níveis de comunicação. O Sujeito nº2 vem complementar dizendo que um dos objetivos do ensino da língua portuguesa é propiciar ao falante o uso da língua com propriedade, tanto na oralidade quanto na escrita, adequando-a as situações específicas, ou seja, formar alunos com capacidade de refletir a língua e sobre a língua e seu funcionamento.

4. Considerações Finais

Quando iniciamos a pesquisa para obtenção do *corpus* de análise, esperávamos conseguir um número consideravelmente maior de participantes. Por este motivo, sentimo-nos parcialmente frustrada: dos mais de 50 professores convidados a participar apenas 12 devolveram o questionário respondido.

O resultado da pesquisa sanou grande parte das dúvidas que nos induziram a realizar a pesquisa. Pudemos observar que a maioria dos professores participantes reconhece a gramática normativa como lei quando se trata de definir Erro e Acerto no ensino da língua materna. Observamos ainda o fato de alguns professores que estão em atividade docente desconhecerem o arcabouço conceitual e metodológico da Sociolinguística, alguns julgaram essa abordagem científica como “desculpa para ensinar errado” ou ainda “Demagogia dos Mestres e Doutores que atuam nas Universidades”.



Elencamos como fato mais relevante desta pesquisa o reconhecimento, por parte dos professores, da importância de fortalecer o hábito de leitura e produção textual, assim como a descentralização do livro didático como única ferramenta de apoio educacional. Reconhecem que vivemos na era da tecnologia, e sua inclusão nas metodologias educacionais pode fortalecer e/ou aumentar o acesso dos alunos ao conhecimento. Notou-se também o fato dos professores estarem conscientes da importância do ensino da norma culta nas escolas, sem desconsiderar a existência das variantes linguísticas.

Para finalizar, retomamos a fala de dois grandes autores brasileiros. O primeiro é o gramático brasileiro Evanildo Bechara que em uma entrevista ao site IG no ano de 2011 explica que o aluno não vai para a escola aprender a língua coloquial, a que nós chamamos de língua familiar, a língua do contexto doméstico, porque esta ele já sabe, e que o papel da educação é justamente tirar a pessoa do ambiente em que vive estagnado para alcançar uma situação melhor na sociedade. Reforça Bechara que a elevação de nível social não exigirá do sujeito somente um padrão de língua, mas também um novo padrão de comportamento social. Ressalta ainda a importância do domínio da língua materna na formação do sujeito como formador de opinião e membro importante de uma sociedade heterogênea.

O segundo é Sírio Possenti (1996, p.11), que enfatiza a necessidade de clareza do objetivo da escola no ensino de língua portuguesa. Segundo ele “Talvez deva repetir que adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” O interessante e observar que ambos defendem o ensino da língua padrão nas escolas, o que os diferencia são as metodologias propostas para alcançar esse objetivo.

5. Referências

BARBOSA, M. C. **A Sociolinguística e seu papel metodológico no ensino da linguagem oral**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-sociolinguistica-e-seu-papel-metodologico-no-ensino-da-linguagem-oral/9229/>, acesso em: 26/09/2014.

BISINOTO, L. S. J. **Atitudes sociolingüísticas: efeitos do processo migratório**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. **Migrações internas, norma e ensino da língua portuguesa**. Campinas: Editora RG, 2009.



BRASIL, Ministério da Educação. **Dossiê - Livro Didático**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16649#terra acesso 26/09/2014.

CIPRO, N. P, I. U. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione; 1998.

GUIMARÃES, E. & O R LANDI, E. P. (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. (História das idéias lingüísticas).

_____. **Sinopse dos Estudos do Português No Brasil**. In: Eduardo Guimaraes; Eni Orlandi. (Org.). Língua e Cidadania. 1 ed. Campinas, 1996.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LYONS, J. **As idéias de Chomsky**. São Paulo: Cultrix, 1995.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2000.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP : Mercado de Letras : Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SUASSUNA, L. **Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática**. 4. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.